

Estatuto

Associação Atlética Acadêmica Ada Lovelace

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, SEDE E FINALIDADES

Art. 1º - A Associação Atlética Acadêmica Ada Lovelace designado AAAAL, com sede no Instituto de Computação da Universidade Federal Fluminense, município de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, é uma associação privada, sem fins lucrativos, de caráter esportivo, recreativo e educacional.

Art. 2º - No exercício de suas atividades a AAAAL reconhece:

I - O Diretório Central de Estudantes Fernando Santa Cruz como órgão de representação discente no âmbito da Universidade Federal Fluminense;

II – O Diretório Acadêmico de Ciência da Computação como órgão de representação discente da faculdade de Ciência da Computação no âmbito Acadêmico na Universidade Federal Fluminense;

III - Federação de Esporte Universitário do Rio de Janeiro (FEURJ) como entidade federativa esportiva em âmbito universitário; e

IV – Confederação Brasileira de Desporto Universitário (CBDU) como entidade confederativa esportiva em âmbito universitário;

Art. 3º - A AAAAL tem por finalidade:

I - Fomentar e difundir a prática do desporto entre os acadêmicos da Faculdade de Ciência da Computação da Universidade Federal Fluminense;

II - Representar a Faculdade de Ciência da Computação da UFF, no desporto universitário e comunitário;

III - Promover, organizar e coordenar eventos sociais e esportivos objetivando a participação dos seus associados;

IV – Participar, organizar, realizar, monitorar e coordenar competições esportivas, e promover o intercâmbio com entidades do Estado, do País ou do exterior;

V - Desenvolver o esporte universitário, seguindo as diretrizes traçadas pela Federação de Esporte Universitário do Rio de Janeiro (FEURJ) e pela Confederação Brasileira de Desporto Universitário (CBDU); e

VI - Promover e fomentar práticas e atividades acadêmicas, culturais e de cunho social.

CAPÍTULO II

DAS COMPETÊNCIAS E DA ESTRUTURA

Art. 4º - Compete à AAAAL

I – Fazer cumprir este Estatuto;

II – Praticar todos os atos julgados necessários à concretização de suas finalidades;

III – Exercer subsidiariamente os poderes atribuídos por outras entidades quer por seu próprio Estatuto, quer pelas Constituições, Estatutos, Mandatos ou Regulamentos de entidades de grau superior.

Art. 5º - É vedado à AAAAL

I – Interferir na vida dos seus associados fora do âmbito de suas atividades estudantis e esportivas e, dentro delas, cercear-lhes a livre manifestação e defesa de ideias;

II – Cercear, direta ou indiretamente, a propaganda eleitoral dos candidatos devidamente registrados aos postos eletivos da Atlética; e

III – Estabelecer distinções entre estudantes, por questões político-partidárias, étnicas, credo, posição social, gênero, orientação sexual ou qualquer outro tipo de discriminação.

Art. 6º - A AAAAL terá a seguinte estrutura básica:

I – Assembleia Geral;

II - Conselho Diretor;

III - Conselho Fiscal; e

IV – Coordenação de Esportes;

SEÇÃO I

DA ASSEMBLEIA GERAL

Art. 7º - A Assembleia Geral é o órgão máximo de deliberação da AAAAL, e será constituída pelos seus associados em pleno gozo de seus direitos, não cabendo recurso de suas decisões.

§1º: A Assembleia Geral reunir-se á, obrigatoriamente, duas semanas após o início das aulas do semestre seguinte a posse da chapa, para tomar conhecimento das ações do Conselho Diretor, e para apreciação dos balanços do Conselho Fiscal.

Art. 8º - Compete à Assembleia Geral :

I – Fiscalizar os membros da Associação na consecução de seus objetivos;

II – Homologar a eleição dos membros do Conselho Diretor, dentre as chapas apresentadas em Assembleia convocada especialmente para este fim;

III- Eleger os membros do Conselho Fiscal em Assembleia convocada para este fim;

IV – Deliberar sobre todo e qualquer assunto referente à AAAAL, em todas as suas habilitações, quando for convocada;

V – Deliberar sobre os casos omissos no presente Estatuto;

VI – Indicar a Comissão Eleitoral para a eleição da gestão da AAAAL;

VII – Deliberar sobre expulsão de associados;

VIII – Destituir um ou mais membros do Conselho Diretor em Assembleia especialmente convocada para este fim; e

IX – Alterar no todo ou em parte este estatuto em Assembleia especialmente convocada para este fim

§1 Para constituição da Assembleia Geral de que tratam os incisos VIII e IX do Artigo anterior será exigido quórum mínimo de voto 2/3 (dois terços) dos associados em pleno gozo de seus direitos.

§ 2º: No caso previsto no inciso VIII deste artigo, caberá ao Presidente indicar o nome do substituto, dentre os associados em pleno gozo de seus direitos, o qual deverá ser aceito pelo restante da diretoria em maioria absoluta.

Art. 9º - A Assembleia Geral será realizada de forma ordinária, sempre convocada pelo Presidente ou por 1/5 (um quinto) dos associados, devendo ser marcada em data não inferior a 10 (dez) dias e não superior a 20 (vinte) dias, constando da convocação: local, dia, mês, hora da primeira e da segunda chamada.

§1º: A Assembleia se constituirá em primeira convocação com 1/3 dos associados e em segunda convocação, meia hora após a primeira, com o número de associados presentes, deliberando por maioria simples de votos, salvo nos casos previstos neste estatuto.

§2º: Quando a convocação for requerida pelos associados, deverá o Presidente convocá-la no prazo de três dias úteis, contados da data da entrega do requerimento. Caso o Presidente não convoque a Assembleia, aqueles que deliberam por sua realização, farão a convocação.

Art. 10 - A Assembleia Geral será realizada de forma extraordinária quando convocada pelo Presidente, pelo Conselho Fiscal ou por 1/5 (um quinto) dos associados, e para tratar de matéria especial nos casos previstos neste estatuto. Deverá ser marcada em data não inferior a 5 (cinco) dias e não superior a 15 (quinze) dias. Na convocação constará: local, dia, mês, hora da primeira e da segunda chamada.

Art. 11 – Compete a Assembleia Geral Extraordinariamente convocada:

- I – Apuração de irregularidades na prestação de contas da diretoria;
- II – Decidir sobre a alienação de bens imóveis constituintes do patrimônio da associação; e
- III – Deliberar por voto da maioria absoluta dos presentes em Assembleia pela mudança do Mascote.

SEÇÃO II DO CONSELHO DIRETOR

Art. 12 - O Conselho Diretor é o órgão máximo executivo e administrativo da AAAAL, constituído sob a forma de colegiado e composto pelo presidente, vice-presidentes, secretário e por todos os diretores eleitos pela Assembleia Geral dentre os candidatos do corpo de associados para ocupar os seguintes cargos:

- I – Presidente;
- II – Diretor de Esportes e E-Esportes;
- III – Diretor Financeiro;
- IV – Secretário Geral;
- V – Diretor de Comunicação e Marketing; e
- VI - Diretor de Eventos e Relações Sociais.

§ 1º – As Diretorias poderão ser compostas por equipes, sem limitação de número de participantes, sendo o Diretor eleito para o cargo na gestão, responsável pelas atividades de sua competência.

Art. 13 - Compete ao Conselho Diretor:

- I - Administrar a AAAAL de acordo com os princípios estatutários e as normas regimentais;
- II - Traçar as diretrizes gerais do plano de ação da AAAAL para cada gestão;
- III - Convocar o Conselho Fiscal quando se fizer necessário;
- IV - Analisar reclamações sobre algum associado, apresentada por escrito e assinada pelo associado reclamante;
- V - Fazer, junto ao associado infrator, as observações que julgar necessárias, bem como aplicar as penalidades cabíveis e deliberadas por este Conselho;
- VI- Apresentar à Assembleia Geral, a indicação de exclusão do associado, em caso de falta grave; e

VII - Apresentar ao Conselho Fiscal as contas do exercício anterior.

Art. 14 - As reuniões do Conselho Diretor se realizarão de maneira ordinária, quinzenalmente, com a presença de no mínimo 2/3 (dois terços) dos membros do mesmo.

§ 1º - O quórum de deliberação em reunião ordinária será de maioria simples dos membros do conselho presentes.

§ 2º - As reuniões do Conselho Diretor são abertas para todos os associados e convidados com direito a voz, entretanto, só os membros do conselho diretor terão direito a voto.

Art. 15 - As reuniões do Conselho de Diretor se realizarão de maneira extraordinária, sempre que convocadas pelo conselho fiscal, por 1/5 dos coordenadores ou 1/10 dos sócios atletas.

§ 1º - O quórum de validação da reunião extraordinária será de no mínimo 50% dos diretores.

§ 2º - O quórum de deliberação em reunião extraordinária será de maioria absoluta dos membros do conselho presentes

Art. 16 - A Diretoria da AAAAL, em conjunto, deve representá-la em todos os fóruns onde se fizer necessário, designando representantes entre seus membros

Art. 17 – Compete ao Presidente:

I - Cumprir e fazer cumprir as normas estatutárias, juntamente com os demais membros do Conselho Diretor;

II - Movimentar as contas da AAAAL, juntamente com os Diretores de Finanças;

III – Representar legalmente a AAAAL nos meios judiciais e nos espaços de deliberação da Universidade e fora dela, podendo esta competência ser delegada para um melhor funcionamento operacional da AAAAL;

VI – Convocar Assembleia Geral Ordinária sempre que julgar necessário e obrigatoriamente nos casos definidos neste estatuto;

V – Convocar Assembleia Geral Extraordinária em casos de urgência e nos casos definidos neste estatuto;

VI – Executar ou proporcionar a execução das diretrizes gerais e os planos de ação da AAAAL segundo a política da gestão;

VII - Executar e/ou proporcionar a execução dos projetos desenvolvidos pela entidade como um todo;

VIII – Dar voto de qualidade nas reuniões; e

IX – Assinar junto aos Diretores Financeiros cheques, e/ou outros títulos de crédito em nome da associação.

Art. 18 - Ao Diretor Financeiro compete:

I – Substituir o Presidente em suas ausências e impedimentos;

II – Gerenciar as contas da AAAAL;

III – Administrar o Orçamento da AAAAL;

IV- Assinar junto ao Presidente cheques e/ou demais títulos de crédito em nome da Associação;

V – Organizar e planejar atividades que contribuam para a arrecadação financeira da AAAAL;

VI – Manter em dia o livro-caixa e a escrituração financeira da AAAAL;

VII – Providenciar a elaboração de balancetes trimestrais e balanço final para apreciação do Conselho Fiscal;

VIII – Zelar pelo patrimônio adquirido pelos estudantes e pela Diretoria da entidade; e

IX – Participar, ativamente, na elaboração dos projetos da AAAAL, nos quais ocorram movimento financeiro;

§1º - A diretoria financeira da AAAAL deverá manter seu livro-caixa e registros financeiros à disposição de associado que deseje examiná-los.

§2º - A diretoria financeira da AAAAL deverá prestar contas de sua gestão financeira ao fim dos semestres letivos e dar ampla publicidade no âmbito da Faculdade de Ciência da Computação.

Art. 19 – Ao Secretário Geral compete:

I – Substituir o Presidente em suas ausências e impedimentos;

II – Manter atualizada a relação de Associados adimplentes e inadimplentes;

III – Auxiliar o Presidente e os Diretores sempre que solicitado;

IV – Manter relação atualizada do patrimônio físico da associação;

V – Redigir as atas das reuniões;

VI – Manter os arquivos devidamente organizados; e

VII – Zelar pela guarda e integridade dos documentos da AAAAL.

Art. 20 - Ao Diretor de Marketing compete:

- I – Substituir o Presidente em suas ausências e impedimentos;
- II – Divulgar as atividades do AAAAL dentro e fora da Faculdade;
- III – Alimentar o site e outros veículos de comunicação;
- IV – Gerenciar informações da AAAAL na internet, mantendo sempre atualizados os meios disponíveis;
- V- Cuidar da imagem da AAAAL;
- VI – Cuidar da confecção e venda de produtos; e
- VII – Elaborar em conjunto com a Direção de Eventos projetos de divulgação dos Eventos.

Art. 21 - Ao Diretor de Relações Sociais e Eventos compete:

- I – Substituir o Presidente em suas ausências e impedimentos;
- II - Ser responsável em nome da AAAAL pela realização de todos os tradicionais eventos, bem como de eventos inovadores.
- III – Elaborar estratégias de entretenimento para os membros da associação nos eventos sociais e esportivos em que a associação faça parte; e
- IV- Auxiliar o Diretor de Comunicação e Marketing na confecção e venda de produtos.

Art. 22 - Ao Diretor Esportivo compete:

- I – Substituir o Presidente, o Secretário Geral em suas ausências e impedimentos;
- II - Gerenciar o trabalho dos coordenadores de esportes Coletivos e Individuais
- III– Escolher os coordenadores das modalidades esportivas;
- IV – Organizar as competições previstas no calendário esportivo;
- V – Convocar o departamento esportivo, sempre que necessitar, seja para as reuniões, seja para a prestação de serviços;
- VI – Encaminhar ao Presidente as diretrizes e metas definidas para as competições esportivas;

VII – Solicitar à diretoria financeira o pedido de compra de material esportivo;
e

VIII - Executar as diretrizes relacionadas ao eixo esportivo.

SEÇÃO III DO CONSELHO FISCAL

Art. 23 - O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização econômico-financeira da associação, composta por 3 membros eleitos pela Assembleia Geral.

Parágrafo único: O Conselho Fiscal será composto por sócios, em pleno gozo de seus direitos.

Art. 24 – Compete ao Conselho Fiscal:

I- Emitir relatório sobre os balancetes trimestrais e o balanço final apresentados pela diretoria;

II- Apurar denúncias e irregularidades relativas à administração financeira;

III - Convocar Assembleia Geral Extraordinária, no caso de irregularidade por ele comprovados;

IV – Convocar reunião do Conselho Diretor por requisição de 2/3 (dois terços) dos seus membros;

V - Aprovação das prestações de contas da gestão;

VI – Divulgar em local de grande circulação os balancetes trimestrais e demais prestações de contas aprovados

SEÇÃO IV DAS COORDENAÇÕES ESPORTIVAS

Art. 25 - As coordenações esportivas são órgãos administrativos da associação subordinadas às diretorias de Esportes, cabendo às mesmas:

I – Funcionar como canal de comunicação entre as equipes esportivas e o conselho diretor, defendendo seus interesses e necessidades.

Parágrafo Único - As coordenações serão, a critério do Vice-Presidente de Esportes, tantas quantas forem necessárias ao melhor desenvolvimento esportivo da AAAAL

CAPÍTULO III

DOS ASSOCIADOS, DIREITOS E DEVERES, DA EXCLUSÃO

Art. 26 - A AAAAL será constituída por três categorias de associados:

I – Sócio Atleta;

II – Sócio Torcedor; e

Art. 27 – Para integrar o quadro social, será preciso efetuar a compra do título de associado da AAAAL e estar em dia com as parcelas de manutenção.

§1º - Será facultado ao Conselho Diretor decidir sobre os valores dos títulos e eventuais reajustes ou isenções.

§2º - Não poderá ser feito mais de um reajuste em um período de 6 (seis) meses.

Art. 28 – São direitos de todos os associados adimplentes com suas obrigações:

I – Votar e ser votado para os cargos eletivos;

II – Tomar parte nas Assembleias Gerais;

III - Sugerir ao Conselho Diretor projetos em favor da AAAAL; e

VI – O direito à ampla defesa perante Assembleia Geral em caso de indicação de exclusão.

Art. 29 – São deveres de todos os associados:

I - Cumprir e fazer cumprir o estabelecido no presente estatuto, bem como as deliberações das instâncias da AAAAL;

II - Lutar pelo fortalecimento da entidade;

III - Zelar pelo patrimônio moral e material da entidade;

IV - Exercer com dedicação e espírito de luta a função na qual tenham sido investidos.

SEÇÃO I SÓCIO ATLETA

Art. 30 – Podem se tornar Sócio Atletas, alunos com matrícula ativa na Faculdade de Ciência da Computação da Universidade Federal Fluminense, ou que tenham concluído o bacharelado até 3 anos, optantes por essa modalidade de associação, e que preencham os requisitos estabelecidos pelo Conselho Diretor.

Art. 31 – É garantido ao sócio Atleta:

I - Receber desconto superior às demais categorias de associados nos pacotes de

Alojamento ou Hotel nas competições esportivas;

II - Gozar de toda infraestrutura oferecida pela associação nos dias, locais e horários de treino e jogos;

III - Gozar de desconto em eventos organizados pela associação;

IV - Gozar de descontos e benefícios oriundos de eventuais parcerias estabelecidas entre a associação e terceiros.

V – Ter voto em Assembleia Geral com peso igual ao de 2 (dois) sócios torcedores.

Art. 32 – São deveres do Sócio Atleta:

I – Pagar a taxa atleta até o fim do primeiro mês de treino da equipe;

II- Honrar a AAAAL em todas as competições em que disputar; e

III – Prezar pela imagem da AAAAL em todas as ocasiões.

SEÇÃO II SÓCIO TORCEDOR

Art. 33 – Podem se tornar Sócios Torcedores, todos aqueles que desejarem e efetuarem o pagamento do título de associado da AAAAL.

Art. 34 – São direitos do Sócio Torcedor:

I - Receber desconto nos pacotes de Alojamento ou Hotel nos Jogos Jurídicos e demais competições esportivas;

II - Gozar de desconto em eventos organizados pela associação; e

III - Gozar de descontos e benefícios oriundos de eventuais parcerias estabelecidas entre a associação e terceiros.

Art. 35 – São deveres do Sócio Torcedor:

I– Estar em dia com a sua Semestralidade; e

II – Prezar pela imagem da AAAAL em todas as ocasiões.

Art. 47 - Os valores do Título de associação, da taxa atleta e das serão definidos no início de cada gestão e serão divulgados pelos meios físicos e virtuais disponíveis, respeitando o princípio da razoabilidade e observando as necessidades da associação, bem como as condições econômicas da sociedade.

SEÇÃO VI DA EXCLUSÃO DE ASSOCIADO

Art. 47 - Compete privativamente a Assembleia Geral Extraordinária deliberar sobre as exclusões dos associados.

Art. 48 - Os associados poderão ser excluídos, nos casos de:

I – Atentado doloso contra o patrimônio da AAAAL e da Faculdade de Ciência da Computação da Universidade Federal Fluminense

II – Condenação Criminal, transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos.

Parágrafo Único – Ao associado é garantido o direito de defesa por meio de sustentação oral ou petição entregue à mesa diretora da assembleia.

Art. 49 - Após expostas às razões de ambas as partes, a proposta de exclusão será submetida à assembleia, que decidirá por maioria qualificada (2/3 (dois terços)) dos associados presentes.

CAPÍTULO IV

DO PATRIMÔNIO E DOS ELEMENTOS

SEÇÃO I

DO PATRIMÔNIO

Art. 50 - Constitui patrimônio da AAAAL a universalidade de bens, materiais e imateriais que a entidade detenha ou venha a adquirir através de:

I - Recursos Provenientes da contribuição social dos associados;

II – Doações, contribuições voluntárias, legados e subvenções de pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado;

III - Aluguéis, rendas ou qualquer outra forma de aquisição, desde que não contrárias a este Estatuto e as Leis brasileiras; e

IV – Receitas provindas da exposição de marca de pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado em qualquer de seus bens móveis, imóveis, ou qualquer tipo de material da A.A.A.A.L.

Art. 51 - A alienação de bens constituintes do patrimônio da AAAAL será decidida pelo Conselho Diretor.

Art. 52 – A alienação de bens imóveis constituintes do patrimônio da AAAAL será decidido em Assembleia Geral Extraordinária.

SEÇÃO II

DOS ELEMENTOS

Art. 53 - São elementos da AAAAL:

I – Seus Símbolos;

II – Seu Patrimônio; e

III – Seus Associados.

Art. 54 - São símbolos da AAAAL:

I – Suas cores;

II – Seu Escudo; e

III – Seu Pavilhão.

PU - O mascote e o escudo poderão ser alterados, a qualquer tempo, por deliberação da maioria dos associados reunidos em Assembleia Geral Extraordinária convocada para este fim.

CAPÍTULO V DAS ELEIÇÕES

Art. 55 - O Sistema representativo adotado por esta associação se filia ao modelo de eleição majoritária, por maioria simples e em turno único.

SEÇÃO I DO CONSELHO DIRETOR

Art. 56 – As eleições para o conselho Diretor ocorrerão obrigatoriamente em, no máximo, 2 (duas) semanas antes do fim do segundo semestre letivo de cada ano.

Art. 57 – As inscrições aos cargos do Conselho Diretor só serão admitidas por chapas.

Art. 58 - As inscrições das chapas interessadas em concorrer às referidas eleições deverão ser feitas junto à Comissão Eleitoral.

PU - Não serão aceitas chapas que não contemplem todos os cargos do Conselho Diretor.

Art. 59 – A posse será dada à chapa vencedora do pleito eleitoral na última semana do segundo semestre letivo de cada ano.

Art. 60 - O mandato da gestão é de 12 meses, acompanhando o semestre letivo, sendo o último mês destinado ao processo eleitoral, cabendo reeleição por mais 12 meses.

SEÇÃO II DO CONSELHO FISCAL

Art. 61 - As eleições para o Conselho Fiscal e para o Conselho Diretor acontecem na mesma data, sendo o ato da convocação e o prazo de inscrições coincidentes.

Art. 62 - O mandato do Conselho Fiscal acompanha o início e o fim do mandato da gestão do Conselho Diretor.

Art. 63 - São elegíveis todos os membros da associação, respeitados os critérios do presente estatuto, à exceção dos eleitos como membros do Conselho Diretor.

Art. 64 - A eleição é nominal, votando, cada eleitor, em um único candidato;

§1º - As inscrições de candidatos ao Conselho Fiscal são individuais, não se admitindo a inscrição por chapas.

Art. 65 - Os três candidatos mais votados serão membros titulares do Conselho Fiscal e os seguintes, pela ordem, serão suplentes.

Art. 66 - No caso de vacância de cargo no Conselho Fiscal, assume o suplente, conforme a ordem de eleição.

SEÇÃO III DA COMISSÃO ELEITORAL

Art. 67 - A Comissão Eleitoral terá as seguintes atribuições:

- I – Receber a inscrição das chapas candidatas ao Conselho Diretor;
- II- Receber a inscrição individual dos candidatos ao Conselho Fiscal;
- III – Organizar o funcionamento da prática eleitoral;
- IV – Fiscalizar as atividades de campanha das chapas inscritas;
- V – Fazer cumprir o determinado neste Estatuto; e
- VI – Impugnar candidatura de membros inadimplentes com a associação.

Parágrafo Único - Da decisão referida no Inciso VI deste Artigo cabe recurso à Assembleia Geral.

Art. 68 - A Comissão Eleitoral será formada por três alunos regularmente inscritos.

Parágrafo Único – Serão membros da referida comissão alunos regularmente matriculados nesta Faculdade, que não participantes de nenhuma chapa inscrita, designados em Assembleia Geral Extraordinária Eleitoral.

SEÇÃO IV DO PROCESSO ELEITORAL

Art. 69 - O pleito se realizará nos dias e horários definidos previamente por uma Assembleia Geral Extraordinariamente convocada para este fim.

Parágrafo Único - O processo eleitoral será válido com a participação mínima de 1/10 (um décimo) dos associados.

Art. 70 - São considerados atos de campanha:

- I – A panfletagem;
- II – A colocação de cartazes;
- III – Visitação às turmas da faculdade;
- IV – Qualquer ato que importe na divulgação das ideias ou medidas contidas nos Programas Administrativos das Chapas por meios físicos ou virtuais.
- V – Divulgação de qualquer conteúdo sobre a chapa contendo elementos como número de identificação e/ou nome no meio virtual.

Art. 71 - É vedada a prática de atos atentatórios à lealdade e à integridade da campanha eleitoral.

Parágrafo Único – Na concorrência dos atos acima ficará a cargo da Comissão Eleitoral a análise do mérito.

Art. 72 - Cada chapa regularmente inscrita poderá indicar dois fiscais.

Art. 73 - Os fiscais atuarão junto à Comissão Eleitoral devendo ter ciência de todos seus deveres e decisões.

SEÇÃO V DAS SANÇÕES E RECURSOS

Art. 74 - Qualquer chapa, ou membro de chapa, que cometa atos contrários ao que reza este Estatuto estará sujeita a impugnação de sua inscrição pela Comissão Eleitoral.

Art. 75 - A Comissão Eleitoral julga em primeira instância os recursos eleitorais, sendo admitido recurso com efeito suspensivo à Assembleia Geral Extraordinária.

Art. 76 - Ao recurso deverá ser analisado e dado, ou não, provimento dentro do prazo de cinco dias úteis, sob pena de nulidade do pleito.

SEÇÃO VI DA APURAÇÃO

Art. 77 - A apuração das eleições será realizada em dia e durante horário de funcionamento da Faculdade de Ciência da Computação da Universidade Federal Fluminense, estabelecido pela Comissão Eleitoral previamente designada e em presença de pelo menos um fiscal de cada chapa.

Art. 78 - A chapa eleita deverá tomar posse da diretoria da AAAAL em até 10 (dez) dias úteis após a apuração do pleito.

PU - A tomada de posse se dá pela assinatura do Termo de Posse pelo Presidente da chapa eleita.

CAPÍTULO VI DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 79 – A Assembleia de fundação desta associação elegerá também a primeira gestão do Conselho Diretor para mandato com duração, excepcionalmente, de 18 meses.

§1º - Os primeiros 6 meses da gestão serão destinados, principalmente, a regularização jurídica, administrativa e financeira desta associação;

§2º - Ao final dos primeiros 12 meses da gestão, será convocada Assembleia a fim de decidir sobre a continuidade ou não dos membros da gestão.

Art. 80 – Serão considerados associados todos os alunos matriculados na Faculdade de Ciência da Computação da Universidade Federal Fluminense até o

ano de 2016.2, que já tenham integralizado o pagamento do título de sócio e declarem a opção por se associar até 31 de dezembro de 2016.

CAPÍTULO VII

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 81 - A Diretoria deverá, imediatamente após a aprovação do presente estatuto, providenciar o seu registro.

Art. 82 – Em caso de dissolução dessa associação seu patrimônio será destinado a uma entidade, a ser decida em Assembleia Geral Extraordinária convocada para a dissolução da AAAAL.

Art. 83 – A Associação será dissolvida por decisão da Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada para esse fim, quando se tornar impossível a continuação de suas atividades.

Niterói, 15 de Setembro de 2016

Associação Atlética Acadêmica Ada Lovelace